

ANDRÉ LARA RESENDE

Devagar e simples

Economia, Estado e vida contemporânea



Copyright © 2015 by André Pinheiro de Lara Resende

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Rodrigo Maroja

Preparação

Leny Cordeiro

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Ana Maria Barbosa

Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Resende, André Lara

Devagar e simples: economia, Estado e vida contemporânea /
André Lara Resende. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ISBN 978-85-359-2624-8

1. Economia 2. Economia – Aspectos sociais 3. Economia – Brasil – História 4. Inflação (Finanças) 5. Política econômica 6. Política monetária I. Título.

15-05765

CDD-330

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia 330

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORASCHWARZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

<i>Introdução</i>	7
AS FORTUNAS DO CRESCIMENTO	
Da escassez absoluta à relativa: riqueza, crescimento e desigualdade	13
Devagar e sempre	37
Não há lugar para velhos remédios.....	44
O otimismo cético: quinze anos de século xxi.....	52
DAS INSATISFAÇÕES DIFUSAS	
Sobre a relevância da racionalidade	65
Em busca do heroísmo genuíno.....	94
O Itaim sem carros.....	123
O mal-estar contemporâneo	127
PARA REPENSAR O ESTADO	
Desenvolvimento como liberdade, cidadania e espírito público.....	141

Vida pública, capitalismo de massa e os desafios da modernidade.....	152
O Estado e as manifestações juninas.....	175
A insustentável força do simples	183
Capitalismo de Estado patrimonialista.....	188
<i>Referências bibliográficas</i>	197
<i>Índice remissivo</i>	201

AS FORTUNAS DO CRESCIMENTO

Da escassez absoluta à relativa: riqueza, crescimento e desigualdade*

1. CRESCIMENTO: UM FENÔMENO RECENTE

Até o início do século XVIII, praticamente não houve crescimento. A renda parece ter ficado estagnada por mais de dezessete séculos, muito provavelmente desde o início dos tempos. A partir daí, houve algum crescimento, tanto demográfico quanto da renda, ainda que modesto. Estima-se que a população mundial tenha passado a crescer a taxas em torno de 0,4% ao ano e a renda, um pouco mais, o que teria levado a um ligeiro crescimento da renda per capita. Só no século XIX, a partir da Revolução Industrial, observa-se realmente crescimento. O crescimento demográfico sobe para 0,6% ao ano e a economia passa a crescer a taxas de 1,5% no mesmo período, com a renda per capita crescendo quase 1%.

No século XX, o fenômeno do crescimento toma corpo. Observam-se taxas de 1,4% e 3% ao ano, respectivamente para o crescimento da população e da renda mundial, com a renda per

* Publicado na revista *Política Externa*, v. 23, n. 2, out./dez. 2014.

capita tendo crescido a uma taxa de 1,6% ao ano no período entre 1913 e 2012. Nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, o crescimento, tanto demográfico como da renda, chegou ao apogeu. Os países desenvolvidos, a Europa e os Estados Unidos, alcançaram taxas de crescimento entre 3% e 4% ao ano. O crescimento transformou o mundo. A população mundial passou de menos de 500 milhões para mais de 7 bilhões de pessoas num espaço de três séculos. Ainda assim, a taxa de crescimento demográfico foi inferior a 1% ao ano — em torno de 0,8% — desde o início do século xviii até hoje.

Neste início de século xxi, taxas de crescimento econômico inferiores a 2% ao ano são consideradas inaceitavelmente baixas. É uma questão de perspectiva. Um por cento por um ano pode parecer pouco, mas, se mantido por um longo tempo, é muito. Temos a tendência a subestimar a força de todo processo de crescimento exponencial, das taxas cumulativas compostas, durante um longo período. Taxas muito menores do que imaginamos não podem ser mantidas por um longo período sem criar um processo explosivo e, portanto, insustentável. Uma taxa de 6% ao ano, considerada hoje apenas aceitável para os países em desenvolvimento, mantida por um século, multiplicaria a renda nacional por 340 vezes. O crescimento de 1% ao ano, se mantido por trinta anos, o espaço de uma geração, mais do que dobraria a renda dos filhos em relação à dos pais. No século xx, o crescimento da renda per capita dos Estados Unidos — o país que mais cresceu, no século de maior crescimento de todos os tempos — foi de apenas 1,9% ao ano.

A taxa relativamente modesta de crescimento demográfico mundial, de 0,8% ao ano nos últimos três séculos, é suficiente para mais do que dobrar o número de pessoas sobre a Terra a cada cem anos e de multiplicá-lo por dez a cada trezentos anos. O crescimento demográfico mundial dos últimos três séculos já deu

início a uma reversão. A população mundial cresce hoje a taxas muito inferiores, com sinais de que deve voltar a se estabilizar, ou até mesmo decrescer, a partir de algum momento da segunda metade do século XXI. As taxas de crescimento demográfico terão então completado um ciclo de aceleração e desaceleração que levou a população mundial a saltar de menos de 600 milhões para mais de 7 bilhões de pessoas em menos de quatro séculos.

Sem crescimento demográfico, o que esperar do crescimento da renda? Como parte do crescimento da renda é derivado do componente demográfico, seria natural que, uma vez a população estabilizada, o crescimento da renda ficasse limitado às taxas observadas para a renda per capita. A renda passaria então a crescer a uma taxa mais próxima de 2% que dos 4% ao ano, observados no apogeu do século XX. O crescimento da renda per capita dos países avançados já foi bem menor nas duas últimas décadas. A Europa cresceu 1,6%, os Estados Unidos, 1,4%, e o Japão, apenas 0,7% ao ano, de 1990 até hoje. Os fatos confirmam a lógica. Daqui para a frente, ao menos nos países avançados, é ilusório contar com taxas de crescimento de 3% ou 4% ao ano. Uma vez interrompido o crescimento demográfico e atingida a fronteira tecnológica, será preciso contar com o avanço da tecnologia para garantir o crescimento da produção e da renda.

2. O MODELO DE REFERÊNCIA MOVIDO A PROGRESSO TECNOLÓGICO

Esta é a lição do modelo de referência do crescimento, conhecido como o modelo de Solow-Swan, em homenagem aos seus autores: até que se tenha acumulado capital suficiente, que se tenha atingido a fronteira tecnológica, o crescimento depende da taxa de poupança e de investimento. Quanto mais se pou-

pa e se investe, mais se cresce, mas uma vez atingida a relação capital/produto de equilíbrio de longo prazo, o crescimento se torna independente da taxa de poupança e de investimento. Passa a depender apenas do progresso tecnológico. No modelo original, o crescimento atribuído ao progresso tecnológico é estimado por resíduo, pela parcela do crescimento que não advém nem do capital, nem do trabalho. Os estudos posteriores, que desenvolveram o modelo original, procuraram encontrar os fatores explicativos do progresso tecnológico. A maioria deles o associa primordialmente à educação — que aumentaria o que se convencionou chamar de capital humano — e à pesquisa, que aceleraria a descoberta de novas tecnologias. O debate sobre o futuro do crescimento econômico, uma vez atingida a fronteira tecnológica e estabilizada a população, gira em torno do ritmo do progresso tecnológico. A questão passaria assim da — nada trivial — tentativa de promover o crescimento, para a — ainda mais complexa — tentativa de acelerar o ritmo do progresso tecnológico.

Em trabalho recente, “Is us Economic Growth Over?”, Robert G. Gordon sustenta que o crescimento econômico como o conhecemos foi um fenômeno do século xx. Só foi possível devido à Revolução Industrial do século xix, quando o progresso tecnológico deu um salto excepcional. A máquina a vapor, a eletricidade, a água encanada e o motor à combustão, entre muitos outros produtos da Revolução Industrial, permitiram uma profunda mudança na forma de viver, na maneira de produzir e de consumir. Ao mesmo tempo estimularam a oferta e a demanda. É possível que o progresso tecnológico mais recente, o ocorrido a partir do último quarto do século xx, com a revolução da informática, embora igualmente impressionante, não tenha a mesma capacidade transformadora, não seja capaz de aumentar a produtividade e de estimular a demanda da mesma forma que as inova-

ções da Revolução Industrial. Os computadores e a internet deixam claro que a inventividade humana não dá sinais de arrefecer, mas os efeitos transformadores dessa inventividade sobre a produção, o consumo e a renda parecem não escapar à lei dos rendimentos decrescentes. A máquina a vapor, a eletricidade e a água encanada podem ser menos sofisticados, mas foram certamente mais transformadores da maneira de viver do que os maravilhosos gadgets da informática.

A tentativa de prever o futuro é exercício, se não necessariamente supérfluo, seguramente ingrato, mas não é preciso compartilhar do ceticismo tecnológico de Gordon para concluir que o crescimento, como o conhecemos no século XX, não deverá continuar até o fim deste século XXI; basta a lógica das taxas compostas. Assim como a população mundial deverá se estabilizar em algumas décadas, também o crescimento da renda e do consumo dá sinais de desaceleração. Embora a qualidade de vida possa continuar a melhorar, a renda como a medimos, associada primordialmente à produção de bens, não poderá continuar a crescer para sempre.

3. MISSÃO CUMPRIDA PARA PRODUTO INTERNO BRUTO

Se o crescimento é um fenômeno relativamente novo, o Produto Interno Bruto é ainda mais surpreendentemente recente. Os conceitos e as estatísticas das chamadas Contas Nacionais ainda não completaram um século, só foram criados no final dos anos 1930, mas estão por toda parte, dominam de tal forma o debate público que é difícil imaginar a economia e a própria política sem eles. A primeira publicação de um número de PIB foi em 1924, para a economia americana. Até então, media-se o tamanho de uma economia pelo tamanho da população.

Depois da Grande Depressão, no início dos anos 1930, o presidente Franklin Roosevelt, em busca de uma saída para a estagnação em que se encontrava o país, encarregou o bielorrusso naturalizado americano Simon Kuznets, posteriormente ganhador do prêmio Nobel, de construir indicadores mais confiáveis para acompanhar de perto o desempenho da economia. Entre 1931 e 1934, como diretor-pesquisador do recém-criado National Bureau of Economic Research — NBER —, Kuznets coordenou o desenvolvimento e a elaboração de um sistema estatístico de acompanhamento da produção e do consumo. O sistema ficou conhecido como das Contas Nacionais, e o mais utilizado dos seus indicadores é o Produto Interno Bruto, o hoje ubíquo PIB.

O objetivo de Kuznets era construir um indicador do nível da atividade econômica, numa época em que a economia americana, assim como todas as outras, era essencialmente agrícola e, em maior ou menor grau, industrial. A agricultura ainda era relevante, mas a indústria tinha assumido o papel de locomotiva da economia. O desafio a que se propôs Kuznets foi criar um índice capaz de acompanhar de perto a evolução da economia de sua época. Para isso, deveria ser essencialmente uma medida da produção agrícola e industrial. O objetivo era construir uma medida de tudo que fosse produzido no país durante determinado período, daí o nome de Produto Interno. O termo “bruto” significa que é uma medida do que é produzido, sem considerar a depreciação do que foi utilizado no caminho.

Para somar tudo que fosse produzido, canhões com manteiga, alhos com bugalhos e assim por diante, a opção de Kuznets foi utilizar os valores de mercados. Pode-se adicionar também os valores dos serviços comercialmente prestados, um setor à época menos relevante, mas ainda assim não desprezível. A soma dos valores de tudo o que foi produzido num determinado período, inclusive serviços prestados, calculados a preços de mercado, é

então chamado de Produto — ou renda — Interno Bruto. Ao utilizar preços de mercado, Kuznets, conscientemente, optou por desconsiderar tudo aquilo que não fossem transações comerciais. Desconsiderou, por exemplo, o trabalho doméstico e da criação dos filhos. Foram também desconsideradas atividades como a leitura, o estudo, o exercício físico, o lazer, a criação artística, a execução e o desfrutar da música, a não ser que fossem remunerados. À época, quando as economias da fronteira tecnológica, como a americana, eram essencialmente industriais e agrícolas, quando a produção industrial determinava o ritmo de toda a economia, a exclusão não parecia grave. O objetivo primordial era avaliar o nível da produção agrícola e industrial, e viria a reboque todo o resto.

Apesar da opção por considerar apenas as transações de mercado, ainda restavam dificuldades metodológicas reconhecidas. Se, por exemplo, uma dona de casa decidisse nada mais fazer e contratar alguém que não tivesse atividade remunerada para cuidar de sua casa e dos filhos, a renda nacional medida pelo PIB aumentaria, sem que nada tivesse efetivamente mudado. Levado ao paroxismo, se todas as donas de casa fossem contratadas para tomar conta das casas de suas vizinhas e usassem o que recebessem para pagar a vizinha contratada para tomar conta da sua própria casa, a renda nacional teria um aumento expressivo.

O conceito de PIB é uma abstração, uma construção artificial, que procura somar o valor de tudo o que é produzido e todo serviço prestado comercialmente no país. É um índice da atividade econômica interna num determinado período. Como todo índice, construído para representar a soma de coisas tão diversas, o conceito de Produto Interno não poderia deixar de ter ambiguidades metodológicas. Sua concepção e construção exige que se façam opções necessariamente irrealistas. Como indicador da atividade, primordialmente agrícola e industrial, numa economia

avançada da primeira metade do século xx, o conceito desenvolvido por Simon Kuznets era adequado. Um indicador tão expressivo, tão bem-sucedido, que suas deficiências e ambiguidades parecem ter sido esquecidas. Citado em todas as esferas, transformado em símbolo de sucesso ou insucesso, utilizado para comparar países, representar sua relativa importância no mundo, motivo de orgulho ou de vergonha nacional, o PIB transformou-se numa entidade ubíqua.

No mundo de hoje, neste início do século xxi, o conceito de Produto Interno Bruto já não parece ser tão adequado à realidade. Não faz sentido sobretudo no papel que lhe foi atribuído na segunda metade do século xx: o de aferidor de desempenho e da qualidade de vida.

Nas economias avançadas contemporâneas, a agricultura e a indústria perderam espaço para os serviços. O dinamismo da atividade econômica não está mais na produção, mas sim na concepção. Assim como o que ocorreu na agricultura durante o século passado, o aumento da produtividade industrial agora provoca a queda dos preços dos produtos industrializados, cuja participação na renda nacional tem caído rapidamente. Produzir bens é cada dia mais fácil e mais barato. Em contrapartida, sobem os preços e a importância dos serviços, sobretudo daqueles em que a tecnologia ainda não pode substituir o ser humano, como o de uma babá carinhosa, como o da concepção dos pratos de um bom restaurante, de uma série de televisão de qualidade, ou o do desenvolvimento da própria tecnologia.

Como o PIB foi desenvolvido para medir primordialmente a atividade de produção de bens agrícolas e industriais, as enormes dificuldades de medir o setor de serviços ficaram num segundo plano. Supunha-se que os serviços deveriam acompanhar o ritmo das atividades produtivas. Quando os serviços tomam a liderança do dinamismo das economias avançadas, as deficiências metodo-

lógicas do conceito de Produto Interno já não podem ser desprezadas. Calcular o valor da renda de todos os bens produzidos não é tarefa fácil. Para evitar duplas contagens é preciso somar apenas os valores adicionados em todas as etapas da produção. O cálculo do valor dos serviços prestados é ainda mais difícil. O preço médio de um corte de cabelo pode ser conhecido, mas qual o valor do serviço prestado por um cirurgião num hospital público? E o do trabalho de pesquisa de um professor universitário? Como comparar os valores de serviços tão diferentes, daqueles que não são commodities, que não têm preços de mercado claramente estabelecidos? O serviço de um cirurgião mal treinado não é o mesmo que o de um grande especialista. Como avaliar as atividades de pesquisa, em campos tão diferentes, por pessoas de competências tão distintas? O conceito de Produto Interno se torna muito mais ambíguo, mais difícil de ser definido e estimado, quando não se trata de medir o valor dos bens produzidos, mas sim o dos serviços prestados numa sociedade sofisticada contemporânea. Simon Kuznets tinha plena consciência das dificuldades metodológicas a serem enfrentadas na construção de um indicador da renda nacional, assim como das limitações decorrentes das simplificações assumidas.

O que deve ser incluído no PIB? Embora Kuznets pretendesse que só os “bens” devessem ser incluídos, também alguns “males”, como as armas, foram desde o início incluídos, dada sua importância na produção industrial. Kuznets achava que a publicidade não deveria ser incluída, pois não a considerava nem um produto, nem um serviço. Por que não incluir a produção de drogas, que, tristemente, movimenta somas importantes em toda parte do mundo? O Reino Unido acaba de modificar o cálculo de seu PIB para incluir os serviços de prostituição, da chamada “indústria do sexo”, o que fez sua renda aumentar em alguns pontos de percentagem.

O PIB é uma entidade abstrata, uma soma de valores definidos de forma arbitrária, originalmente com o objetivo de acompanhar a recuperação da atividade econômica, à época de criação do índice, essencialmente industrial. Como um mero indicador da produção, não tinha a pretensão de ser um indicador de bem-estar, pois não entra em juízo de valores, não leva em conta considerações morais. Soma “bens” com “males”, não considera a depreciação do capital utilizado na produção, nem o uso de recursos não renováveis, assim como não considera a poluição produzida, ou qualquer outro aspecto negativo não precificável — as chamadas externalidades — do processo de produção. Ocorre que seu sucesso, sua capacidade de expressar a riqueza de um país de maneira simples, num único índice quantitativo, comparável tanto ao longo dos anos como internacionalmente, deu-lhe uma dimensão muito além da pretendida por seus idealizadores. O PIB é hoje um indicador de desempenho e de bem-estar. Quanto mais alto o PIB, mais avançado o país e — supõe-se — maior o bem-estar e a qualidade de vida. Sua taxa de crescimento é interpretada como indicador da velocidade do progresso do país em todos os aspectos da vida. Por isso o chamado crescimento econômico, medido pelo crescimento do PIB, tomou tal importância política.

Enquanto as economias dos países mais avançados, os da fronteira tecnológica, ainda estavam em processo de industrialização, a correlação entre PIB e bem-estar fazia sentido. Sabe-se hoje que essa correlação deixa de ser válida a partir de um nível de renda mais baixo do que se poderia imaginar. Outros fatores passam então a ser tão ou mais importantes do que o aumento da renda. A correlação entre renda e bem-estar é alta enquanto as necessidades básicas não estão atendidas, mas perde força à medida que a renda cresce e a escassez absoluta se reduz.